

---

## APLICABILIDADE DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO COTIDIANO E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO DAS FAMÍLIAS

Melissa Cavalcante de Souas<sup>1</sup>; Alexandre Silva Santos<sup>2</sup>; Maria Aparecida Pereira<sup>3</sup>;

<sup>1</sup>Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –  
melyssakavalcante@gmail.com:

<sup>2</sup>Professor de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –  
ssalexandre@hotmail.com:

<sup>3</sup>Professora do curso Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –  
profcidinha2015@gmail.com.

### Grupo de trabalho: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Palavras-chave:** Matemática financeira, educação financeira, planejamento financeiro, endividamento e inadimplência.

**Introdução:** A Matemática Financeira estuda o dinheiro ao longo do tempo, sendo importante para gestão de finanças pessoais e empresariais. A educação financeira é crucial para entender sua aplicação na vida diária. Infelizmente, a maioria das pessoas não busca informações para administrar suas finanças, conforme indicado pelo Banco Central do Brasil (BCB).

**Objetivos:** Apresentar aplicabilidade da educação financeira no cotidiano e sua importância no controle orçamentário das famílias.

**Relevância do Estudo:** Em agosto de 2023, estudos do Sebrae com dados da Confederação nacional do Comércio (CNC) destacaram o alarmante endividamento no Brasil, atingindo 77,4% das famílias brasileiras e 30% de inadimplentes com um aumento de um pouco mais de 2 pontos percentuais comparado a agosto de 2022. Essa situação enfatiza a necessidade de incorporar a educação financeira desde o ensino fundamental e médio. Isso permitirá que os cidadãos desenvolvam habilidades de planejamento financeiro e senso crítico, capacitando-os a enfrentar desafios financeiros ao longo de suas vidas, prevenindo crises de individualização.

**Materiais e métodos:** No trabalho, foram utilizados livros de planejamento, educação e matemática financeira, bem como artigos acadêmicos e notícias recentes sobre endividamento. Inicialmente, abordou-se o conceito e processos do planejamento financeiro. Posteriormente, destacou-se a importância da educação financeira, evidenciando como a falta desse conhecimento contribui para o endividamento e a inadimplência das famílias.

**Resultados e discussões:** De acordo com o site do gov.br “a educação financeira tem o objetivo de conscientizar o indivíduo sobre a importância do planejamento financeiro, para que desenvolva uma relação equilibrada com o dinheiro e decisões sobre finanças e consumo que promovam o seu bem-estar”. O entendimento dos fatores que afetam as escolhas financeiras permite equilibrar desejos imediatos e necessidades de longo prazo, promovendo o hábito de poupar, essencial na educação financeira. Indivíduos financeiramente educados beneficiam a sociedade, fortalecendo o sistema financeiro, melhorando a capacidade de lidar com emergências e contribuindo para o bem-estar coletivo. (GOV.BR, 2023). Savoia, Saito e Santana (2007 p. 1133) citam algumas instituições que promovem iniciativas para o fomento da educação financeira no Brasil, mas ressaltam que “tais ações são insuficientes para atender a demanda por esses conhecimentos”. As pessoas precisam reconhecer que a

educação financeira não é apenas útil, mas essencial para tomar decisões acertadas e alcançar a estabilidade financeira ao longo da vida. A Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF) é uma iniciativa anual promovida pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) desde 2014. Seu objetivo é promover a educação financeira no Brasil, envolvendo instituições e indivíduos em ações como palestras, cursos, oficinas e campanhas de divulgação, abrangendo temas como finanças, previdência, seguros e tributos. Essas ações são oferecidas de forma gratuita e têm diferentes formatos, mas tais iniciativas não são utilizadas nas maiorias das escolas. Em resumo, a educação financeira no Brasil enfrenta desafios na abordagem ao público e na falta de regulamentação para incentivar as instituições financeiras a participarem ativamente desse processo. Por conta da deficiência na educação financeira, o cartão de crédito se torna um dos maiores causadores de endividamento e também da inadimplência, em razão dos juros altíssimo, diz Izis Ferreira, pesquisadora e economista da CNC. Também comenta que mesmo a taxa Selic caindo, o mercado ainda estava em um padrão de juros muito alto, dificultando para as pessoas a pagarem suas dívidas. (CATTO, 2022 p.1). Para Vieira, Moreira Jr e Potrich (2019 p. 4), mesmo com a complexidade dos mercados trazendo desafios, também existem oportunidades para as pessoas melhorarem a administração de suas finanças e o crédito têm se tornado mais acessível a um número maior de pessoas.

**Conclusão:** A finalidade do presente trabalho foi mostrar o quão grande é a importância que se deve ter em relação à educação financeira. Apresentar, como a falta desse conhecimento pode afetar as vidas das famílias, ainda mais, das famílias mais necessitadas.

## Referências

CATTO, A. Endividamento cresce e atinge 79% das famílias; número de inadimplentes bate recorde, aponta CNC. **G1 Economia**. [on line]. 05 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/05/endividamento-cresce-e-atinge-79percent-das-familias-numero-de-inadimplentes-bate-recorde-aponta-cnc.ghtml> Acesso em: 29 de set. 2023.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública – RAP**. Rio de Janeiro 41(6). 1121-1141. Nov. Dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/XhqxBt4Cr9FLctVvzh8gLPb/> Acesso em: 18 ago. 2023.

SEBRAE. Serviço de apoio às pequenas e médias empresas. **Quase 80 por cento dos brasileiros terminaram 2022 com dívidas**. 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/conteudos/posts/quase-80-por-cento-dos-brasileiros-terminaram-2022-com-dividas,0966bc8f99777810VgnVCM1000001b00320aRCRD> Acesso em: 24 out. 2023

VIEIRA, K. M.; MOREIRA JR, F. de J.; POTRICH, A. C. G. Indicador de educação financeira: Proposição de um instrumento a partir da teoria da resposta ao item. **Revista Educação & Sociedade**. v.40. 2019. Campinas. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jpbGbNLJfVHBppfvQmVfH9R/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 ago. 2023

---

## A CONTABILIDADE GERENCIAL E A TOMADA DE DECISÕES ESTRATÉGICAS NOS PEQUENOS NEGÓCIOS

Gabriel Fernandes Alves<sup>1</sup>; Alexandre Silva Santos<sup>2</sup>; Maria Aparecida Pereira<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Aluno de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –  
gabrielfernandesalves08@gmail.com;

<sup>2</sup>Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
ssalexandre@hotmail.com;

<sup>3</sup>Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
pofcidinha2015@gmail.com.

### Grupo de trabalho: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Palavras-chave:** contabilidade gerencial, informações contábeis financeiras, microempresas, simples nacional.

**Introdução:** A contabilidade gerencial em Microempresas (MEs) consiste em usar informações contábeis e financeiras na tomada de decisões estratégicas e operacionais em um negócio de pequeno porte. Envolve acompanhar e analisar custos, receitas, despesas e lucros, favorecendo aos gestores da microempresa melhor entendimento do desempenho financeiro e a identificação de áreas de melhoria.

**Objetivos:** Mostrar a importância da contabilidade gerencial nas microempresas no contexto das decisões estratégicas.

**Relevância do Estudo:** A Contabilidade Gerencial é fundamental para as MEs, por possibilitar tomada de decisões embasadas, maximização de recursos, controle de gastos, definição de preços e atingir metas de lucratividade. Ao permitir que as empresas enfrentem desafios competitivos e cumpram obrigações fiscais, especialmente sob regimes simplificados como o Simples Nacional, contribui para o sucesso, eficiência operacional e sustentabilidade desses negócios. Assume papel fundamental no gerenciamento financeiro das MEs, permitindo-lhes florescer e expandir de forma sustentável no mercado.

**Materiais e métodos:** Para a elaboração do presente estudo foi adotada a pesquisa bibliográfica com buscas sobre os assuntos Contabilidade Gerencial e Microempresas. As buscas foram realizadas em bibliotecas física e virtual, na legislação vigente, nas divulgações do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e em bases de dados.

**Resultados e discussões:** “A Contabilidade Gerencial foi definida como processo de identificação, acumulação, mensuração, análise, preparação, interpretação e comunicação para informações (tanto financeira como operacional) [...]” (IFAC, 1989 *apud* PADOVEZE, 1999 p. 1). É utilizada para avaliar o controle interno da empresa e desempenha papel crítico na gestão de microempresas optantes do regime tributário do Simples Nacional no Brasil. Este regime, criado para simplificar o cumprimento de obrigações fiscais, é voltado para empresas de pequeno porte, microempresas e microempreendedores individuais, algumas características e considerações importantes sobre a contabilidade gerencial em microempresas que se enquadram no Simples Nacional são: Microempresas com faturamento anual de até R\$ 360.000,00. Empresas de pequeno porte com faturamento anual entre R\$ 360.000,01 e R\$ 4.800.000,00. Microempreendedores Individuais com faturamento anual de até R\$ 81.000,00. O Simples Nacional oferece vantagens, como alíquotas fiscais reduzidas, unificação de impostos, simplificação das obrigações acessórias e eliminação da necessidade de calcular e pagar diversos tributos federais, estaduais e

municipais separadamente. A contabilidade gerencial desempenha um papel vital nessas empresas, permitindo que elas tomem decisões informadas e maximizem seu desempenho financeiro. Os principais aspectos são: Coleta e Registro de Dados: A contabilidade gerencial começa com a coleta e registro de todas as transações financeiras da empresa, incluindo vendas, compras, despesas, investimentos e empréstimos. Organização e Categorização: Os dados são categorizados em contas contábeis relevantes, como receitas, despesas operacionais, custos de produção, ativos e passivos. Elaboração de Relatórios Financeiros: Relatórios financeiros regulares, como balanço patrimonial, demonstração de resultados e fluxo de caixa, são preparados para resumir a situação financeira e o desempenho da empresa. Análise de Dados: As informações contábeis são analisadas para avaliar o desempenho financeiro, identificar tendências, pontos fortes e áreas de melhoria. Planejamento e Orçamento: Com base na análise, metas financeiras, orçamentos e planos estratégicos são estabelecidos para a microempresa. Tomada de decisões: Relatórios e análises ajudam os gerentes a tomar decisões informadas sobre preços, investimentos, reduções de custos e outras ações estratégicas.

**Conclusão:** A contabilidade Gerencial é importante nas microempresas? Sim, Pois a contabilidade gerencial fornece informações financeiras essenciais que permitem tomar decisões informadas, otimizar recursos, controlar custos, definir preços de produtos ou serviços e alcançar metas de rentabilidade, contribuindo para a gestão eficaz e o sucesso do negócio de pequeno porte. Isso é crucial para a sustentabilidade e crescimento das microempresas.

## Referências

BAZZI, S. **Contabilidade gerencial: Conceitos Básicos e Aplicação.** [livro eletrônico] Curitiba: InterSaber, 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm) Acesso em: 23 out. 2023.

HAUSER, P. **Contabilidade Tributária dos Conceitos à Aplicação.** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaber, 2015.

PADOVEZE, C. L. O papel da contabilidade gerencial no processo empresarial de criação de valor. **Caderno de Estudos, São Paulo**, nº 21 – maio a agosto de 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cest/a/tp4bTqmYRjTmBwTqbdJ5YTn/?format=pdf> Acesso em: 24 out. 2023.

PADOVEZE, C. L.; MARTINS, M. A.M. **Contabilidade e gestão para micro e pequenas empresas.** [livro eletrônico] – Curitiba: InterSaber, 2014. Acesso em: 20 abr. 2023

## RELEVÂNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA DO CONTADOR E O QUANTO SUA ADESÃO IMPACTA NA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE

Dyovana Aparecida Fortunato<sup>1</sup>; Alexandre Silva Santos<sup>2</sup>; Maria Aparecida Pereira<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB – dyovanaf7@gmail.com.br;

<sup>2</sup>Coordenador do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
ssalexandre@hotmail.com;

<sup>3</sup>Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
profcidinha2015@gmail.com

### Grupo de trabalho: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Palavras-chave:** ética, moral, ética do contador, código de ética, profissional de contabilidade.

**Introdução:** A ética e a moral são fundamentais na sociedade ao longo da história. Este trabalho destaca a importância da ética na contabilidade e sua necessidade na rotina profissional. O objetivo é examinar a ética na contabilidade e suas consequências quando ausente.

**Objetivos:** Apresentar a relevância do Código de Ética do Contador e o quanto sua adesão impacta na valorização dos profissionais de contabilidade.

**Relevância do Estudo:** O código de ética é crucial nas organizações para orientar profissionais, impactando a revisão dos contadores e sua conduta como cidadãos. As pesquisas devem demonstrar o impacto da adesão ao código. Isso promove profissionais dedicados e éticos, beneficiando colegas e clientes. Seguir o Código de Ética do Contador beneficia não apenas o profissional, mas também a sociedade, ao refletir em interações éticas e benefícios diversos.

**Materiais e métodos:** Foram realizadas pesquisas em publicações nas bibliotecas física e virtual na busca por uma compreensão aprofundada e contextualizada de eventos históricos com bibliografias consideradas relevantes. A integração dessas fontes bibliográficas forneceu ampla visão, enriqueceu e contribuiu para uma compreensão mais aprofundada do objeto de estudo.

**Resultados e discussões:** “A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano”. (VÁZQUEZ, 2014 p. 23). Para o autor a definição se refere à importância de uma abordagem científica para lidar com questões morais, na qual a ética concentra-se em um domínio específico: a parte da experiência humana que identificada como moralidade. Para Rodrigues (2020), se a ética se recusa a reduzir a definição do que é bom apenas ao que satisfaz o interesse pessoal exclusivo, então, evidentemente, ela terá um impacto na prática moral ao rejeitar o comportamento egoísta como moralmente válido. Já a moral, ainda para Rodrigues (2020), constitui em um rol de valores que, em sua dimensão prática, se vincula aos atos e às ações humanas sob o prisma do bom, do justo, do adequado que adquirem validade e legitimidade em uma cultura, sociedade ou grupo social. Para Vázquez (2005, p. 40), a importância de adotar o comportamento dos indivíduos aos interesses do grupo avalia-se com certeza tudo o que fortalece a união e a cooperação, e por outro lado, considera-se negativo o que prejudica ou prejudica a harmonia, como o isolamento e a dispersão de esforços. Com isso, os códigos de conduta desempenham um papel mais proeminente do que nunca, e os líderes empresariais estão empenhados em projetar uma

imagem ética perante seus *stakeholders*. O compromisso com a ética tornou-se parte integrante da cultura empresarial moderna, afirmando seu impacto substancial no mundo dos negócios (ANTUNES, 2018). A elaboração de um código de ética corporativa requer cuidados e atenção de uma série de elementos, incluindo a missão, a visão e os valores da empresa, bem como a conformidade com questões legais e regulatórias específicas do país e a construção da moral deve ser fundamentada na realidade organizacional para garantir a ética e a transparência da empresa. (ANTONOVZ, 2019). Conforme Antunes (2012, p. 97), práticas como manter a confidencialidade nas questões profissionais e adotar a transparência com os clientes, quando repetidas ao longo do tempo, são relevantes para o cultivo das virtudes desejadas em um contador. Esses atributos de caráter estabelecem o padrão ético mínimo esperado para aqueles que desempenham a função de contador. O profissional da área contábil está incumbido de agir em consonância com os princípios éticos, sendo de suma importância a adesão estrita às leis e aos regulamentos que regem a profissão, evitando a adoção de qualquer conduta que possa prejudicar a integridade e a transparência da profissão. O código de conduta específico para contadores estabelece que é proibido se envolver, de maneira consciente, em quaisquer negócios, ocupações ou atividades que possam comprometer a integridade, a objetividade e a imagem positiva da profissão, em total conformidade com os princípios fundamentais da ética profissional. (LOLATTO, 2020).

**Conclusão:** Em resumo, o Código de Ética do Contador é essencial para valorizar os profissionais de contabilidade, mantendo a integridade e a confiança na profissão. A sua adesão também fortalece a confiança dos clientes, funcionários e da sociedade em geral, promovendo uma cultura ética nos negócios. A conformidade com esses princípios é uma necessidade para garantir profissionalismo e respeito na área contábil.

## Referências

- ANTUNES, M. T. P. **Ética**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- ANTUNES, M. T. P. **Ética**. 2 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018.
- ANTONOVZ, T. **O contador e a ética profissional** [livro eletrônico]. Curitiba: InterSaberes, 2019.
- LOLATTO, D. **O contador e a ética profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.
- RODRIGUES, Z. A. L. **Ética, moral e transparência na gestão pública** [recurso eletrônico]. Curitiba: Contentus, 2020.
- VÁZQUEZ, A. S. 1915. **Ética**. trad. de João Dell' Anna. 26 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- VÁZQUEZ, A. S. 1915. **Ética**. trad. João Dell' Anna. 36 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

---

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Lucas da Paz Grossi<sup>1</sup>; Alexandre da Silva Santos<sup>2</sup>; Maria Aparecida Pereira<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Aluno de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB – lucasp.grossi@outlook.com;

<sup>2</sup>Professor Coordenador do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB - ssalexandre@hotmail.com;

<sup>3</sup>Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB - profcidinha2015@gmail.com.

### Grupo de trabalho: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Palavras-chave:** contabilidade governamental, setor público, demonstrações contábeis.

**Introdução:** No cenário econômico altamente globalizado, a gestão financeira e contábil dos órgãos públicos se tornou uma questão de extrema importância, visto que as organizações governamentais desempenham um papel na prestação de serviços e tomada de decisões que afetam a vida de cidadãos e empresas. Nesse contexto, as demonstrações contábeis se tornam ferramentas essenciais para manter a transparência da administração dos recursos públicos.

**Objetivos:** Apresentar as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

**Relevância do Estudo:** A contabilidade aplicada ao setor público é uma área de extrema importância para uma gestão eficaz dos recursos e finanças de entidades públicas, e as demonstrações contábeis são peças chave para manter a transparência das contas destas organizações, uma vez que permitem que os cidadãos, órgãos de controle e demais partes interessadas avaliem o desempenho financeiro e a eficiência do gestor na alocação de recursos disponíveis.

**Materiais e métodos:** A metodologia utilizada foi pesquisa com base em revisão bibliográfica, buscando fundamentar os conteúdos apresentados através da legislação vigente, e da opinião de autores sobre o tema abordado.

**Resultados e discussões:** De acordo com Felgueiras (2015 p. 21), a Contabilidade Pública é o ramo da Contabilidade que coleta, registra e controla os atos e fatos da Fazenda Pública, mostra o Patrimônio Público e suas variações. Bem como, a Contabilidade Pública, acompanha e demonstra a execução do orçamento, e, também, os atos potenciais praticados pelo administrador, que poderão alterar o patrimônio sob os aspectos qualitativo ou quantitativo. O primeiro marco histórico, como consta no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), “foi a edição da Lei nº 4.320/1964, que estabeleceu importantes regras para propiciar o controle das finanças públicas, bem como a construção de uma administração financeira e contábil sólida no País, tendo como principal instrumento o orçamento público.” Segundo Valadares e Lemos (2021 p.12), o orçamento público “é um quadro organizacional da administração pública, é através dele que se planeja o quanto vai entrar e o quanto vai sair dos cofres públicos; é nele que se estudam as potencialidades de investimento, as necessidades e precariedades nas três esferas de governo (União, Estado e Município).” Ao setor público de acordo com a NBC T 16.6 aplicam-se sete demonstrações contábeis, sendo: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio

Líquido (DMPL) e Notas Explicativas. O Quadro 1 a seguir apresenta um breve resumo sobre as demonstrações:

**Quadro 1: Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor público – Adaptado do MCASP.**

Balanço Patrimonial	Evidencia a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público
Balanço Orçamentário	Compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento
Balanço Financeiro	Evidencia a movimentação as receitas e despesas orçamentárias, destacando a movimentação financeira da entidade
DVP	Evidencia as alterações verificadas no patrimônio
DFC	Apresenta e classifica as entradas e saídas de caixa
DMPL	Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade
Notas Explicativas	São informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP

Fonte: NBC T 16.6

De acordo com o MCASP, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) “tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional.”

**Conclusão:** O estudo das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público nos leva a concluir que a contabilidade desempenha um papel vital na promoção do interesse público, na gestão responsável dos recursos e no fortalecimento das instituições governamentais, pois a medida que o setor continua a evoluir e enfrentar novos desafios, a contabilidade permanece como uma ferramenta essencial para orientar-se neste ambiente complexo, tornando necessário um investimento contínuo em práticas contábeis sólidas, e na educação dos profissionais que atuam no setor público, visto que a transparência financeira não é um mero requisito burocrático, mas sim um pilar central da governança eficaz.

**Referências:**

FELGUEIRAS, J. A. **Contabilidade Pública**. São Paulo: Método, 2015.

GUEDES, A. M.; SILVÉRIO, J. P. **Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos**. [livro eletrônico] Curitiba: Intersaberes, 2016.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Disponível em: [https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:41943](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:41943). Acesso em: 29 set. 2023.

NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis. Disponível em: [http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria\\_geral/legislacao/tipolegis/nbct1606r01.pdf](http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/contadoria_geral/legislacao/tipolegis/nbct1606r01.pdf). Acesso em: 23 out. 2023.

SLOMSKI, V. **Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/IFAC/CFC)**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VALADARES, E. B. M.; LEMOS, M. J. **Contabilidade e orçamento governamental** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021.



---

## SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL E O SIMPLES

<sup>1</sup>Satie Hassegawa Brosler; <sup>2</sup>Alexandre Silva Santos; <sup>3</sup>Maria Aparecida Pereira

<sup>1</sup>Aluna do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –  
sh\_brosler@yahoo.com.br;

<sup>3</sup>Professor Coordenador do Curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
ssalexandre@hotmail.com

<sup>2</sup>Professora Orientadora do Curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
profcidinha2015@gmail.com;

### Grupo de trabalho: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Palavras-chave:** Regime Tributário, Simples Nacional, Complexidade, faturamento.

**Introdução:** O Sistema tributário Nacional (STN), é complexo e possui um grande número de tributos, se tornando difícil o entendimento tanto para empresários como para contadores. E na intenção de auxiliar Micro e Pequenos empresários, foi criada uma lei que unifica esses tributos, inicialmente em âmbito Nacional abrangia apenas os tributos federais e em 2006 foi criada a Lei 123/2006 abrangendo os estados e os municípios.

**Objetivos:** Apresentar um estudo sobre o Regime Tributário Simples Nacional, considerando as diferenças deste para os demais regimes existentes, suas vantagens e desvantagens.

**Relevância do Estudo:** Considerando a realidade no âmbito do entendimento do Simples, este trabalho foi elaborado para estudar, conhecer, entender melhor e com mais clareza esse Regime de tributação e buscar auxiliar os empresários mostrando opções, para que eles possam tomar melhores decisões e ações mais assertivas para os seus negócios

**Materiais e métodos:** No Código Tributário Nacional publicado pela Lei no 5.172 de 1966 um dos materiais consultados, observa-se a complexidade na interpretação das normas regras do Sistema Tributário, por esse motivo, optou-se pela leitura dos materiais de diferentes autores nas bibliotecas físicas e online para melhor entender sobre os regimes de tributação.

**Resultados e discussões:** O Sistema Tributário do Brasil é visto como sendo um dos mais complexos do mundo, tendo a tributação apresentada de forma muito ampla e repleta de detalhes, o que, segundo Faria (2016), difere de outros países. A Constituição Federal (CF/88) também estabelece as competências e os princípios gerais que regem o STN, previstos para proteger os direitos e deveres do fisco e demais órgãos reguladores de cobrança e fiscalização dos tributos. Entretanto, devido à essa complexidade, é comum que os administradores das empresas tenham muitas dúvidas no momento de elaborar o planejamento tributário e escolher o regime mais adequado, decisão esta, que precisa ser tomada com muito cuidado, pois pode comprometer o resultado do faturamento de um ano da empresa, considerando que cada regime tem regras de como as empresas devem calcular e pagar os seus tributos. Antes da escolha, deve-se fazer uma análise detalhada e aprofundada de alguns fatores como previsão de faturamento, seguimento da atividade empresarial, mercado futuro, dentre outros fatores que possam ser vistos como importantes para se tomar uma decisão mais precisa sobre qual regime e escolher entre Lucro Real, Presumido ou o Simples Nacional. No Lucro Real consiste em ajustar o Lucro Líquido contábil por meio de adições, exclusões utilizando como base de cálculo do imposto sobre a

renda apurada, segundo registros contábeis e fiscais e aplicando as alíquotas dos tributos de acordo com as leis. No Lucro Presumido utiliza-se uma base presumida de lucro, que é um determinado percentual da receita bruta, para o cálculo tanto do imposto de renda como do PIS/COFINS e CSLL. Tendo tanto no Lucro Real como no Lucro Presumido os tributos recolhidos separadamente. O Simples Nacional trata de forma diferenciada as micro e pequenas empresas, unificando o pagamento da maioria dos tributos em uma única guia. Essa nova forma de tributação, permitiu também à essas empresas, a simplificação de obrigações trabalhistas e previdenciárias, o acesso a crédito, ao mercado, à tecnologia etc. Trazendo algumas vantagens a elas. Porém há necessidade de atenção aos critérios para adesão, como o faturamento bruto, que não pode ultrapassar o limite de R\$ 4.800.000,00 no ano calendário, alguns tipos de atividade econômica impeditivas, como exemplo atividades bancárias entre outros indicados na lei. Além dos critérios mencionados, o cálculo dos tributos deve ser elaborado seguindo tabelas pré-fixadas por grupo de atividade econômica e as alíquotas sofrem mudanças na porcentagem conforme aumenta o faturamento.

**Conclusão:** O Regime do Simples Nacional, embora tenha sido criado para auxiliar as Micro e pequenas empresas, o que para muitas empresas trouxe grandes vantagens competitivas, não deixou de ser um regime complexo, devido em grande parte o entendimento das alterações nas alíquotas de acordo com atividade e faturamento bruto da empresa, além de regras para adesão.

## Referências

BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Código Tributário Nacional (CTN). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5172Compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm) Acesso em: 23 mar. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm) Acesso em: 01 out. 2023.

FARIA, R. A. Cunha de. **Contabilidade tributária**. SAGAH. Porto Alegre, 2016. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788569726746/pageid/1>. Acesso em: 09 mai. 2023.

MENDES, W. **Regimes de Tributação**. 2.ed. Rio de Janeiro. Freitas Bastos, 2022. Disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/205401>. Acesso em: 27 set. 2023.

SANTOS, C. dos. **Simples Nacional**. 6. ed. Rio de Janeiro - Freitas Bastos, 2019. Disponível em <https://www.bvirtual.com.br/NossoAcervo/Publicacao/177763>. Acesso em: 23 set. 2023.

---

## MÉTODOS DE CUSTEIO E FORMAÇÃO DE PREÇOS EM EMPRESAS DO SETOR INDUSTRIAL

Ana Beatriz dos Santos Souza<sup>1</sup>; Alexandre Silva Santos<sup>2</sup>; Maria Aparecida Pereira<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –  
anabiiii.santos@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
ssalexandre@hotmail.com

<sup>3</sup> Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
profcidinha2015@gmail.com .

### **Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Palavras-chave:** gestão e análise de custos, métodos de custeio, formação do preço de venda.

**Introdução:** Para conhecimento da base da tabela de preços da empresa, realizar uma análise de custo adequada e verificar se há lucro ou prejuízo é importante para esclarecer e prestar informações consistentes para a formação dos preços de vendas. Para tanto, os métodos de custeio escolhidos de acordo com os objetivos da empresa determinam como os objetos de custo serão valorizados.

**Objetivos:** Apresentar os métodos de custeio e a formação de preços em empresas do setor industrial.

**Relevância do Estudo:** A gestão e a análise de custo são fundamentais para uma empresa formar um preço que seja competitivo no mercado. De acordo com Wernke (2005), é de extrema importância para as empresas entenderem os custos associados aos seus produtos ou serviços, a fim de determinar preços adequados e maximizar seus lucros.

**Materiais e métodos:** Na realização do presente estudo adotou-se a pesquisa bibliográfica, durante a qual foram consultadas obras que tratam do assunto abordado em publicações como livros, artigos científicos e revistas acadêmicas, inclusive em bases eletrônicas. A combinação das fontes bibliográficas pesquisadas ofereceu uma perspectiva abrangente, a qual enriqueceu a análise e contribuiu para uma compreensão mais profunda do assunto

**Resultados e discussões:** Os objetivos da empresa determinam a escolha dos métodos de custeio, entre: Absorção; Variável/Direto; RKW, ABC e Padrão. (MEGLIORINI, 2011). Wernke (2005) explora o método de custeio por absorção com foco contábil, o qual busca incorporar todos os custos de fabricação (diretos/indiretos; fixos/variáveis) aos produtos, à produção ou ao serviço. Para avaliar o estoque e determinar o custo total dos produtos vendidos na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Para Neves e Viceconti (2003) o Custeio Variável/Custeio Direto, considera apenas os custos variáveis como parte do custo de produção do período, trata os custos fixos como despesa diretamente subtraídos do resultado do período. Neste método, a diferença entre as vendas e a soma do custo dos produtos vendidos e das despesas variáveis é a Margem de Contribuição. O Custeio RKW aloca todos os custos e despesas, incluindo os financeiros, a todos os produtos por meio de rateios aos diferentes departamentos da empresa, para garantir que todos os custos e despesas sejam distribuídos uniformemente pelos produtos. O rateio é utilizado para calcular o custo total de um processo empresarial, incluindo administração e financiamento. Adiciona-se o lucro desejado ou fixado pelo governo para obter o preço final de venda (MARTINS, 2003). O objetivo do Custeio ABC é imputar os custos indiretos às atividades, diante do entendimento de que são as geradoras dos custos. Assim, cada custo indireto é associado às suas atividades correspondentes por meio de direcionadores de

recursos, que melhor refletem as formas de consumo desses recursos. Posteriormente, os custos são atribuídos aos produtos, serviços ou outros objetos de custo conforme os direcionadores de atividades mais adequadas (MEGLIORINI, 2011). Já o custo padrão foi planejado para um produto, que seria calculado antes da produção. O custo padrão é um método de contabilidade de custos usado pelas empresas para planejar e controlar seus custos de produção. Ele envolve a criação de estimativas planejadas de custos para cada elemento dos produtos ou serviços que a empresa produz e, em seguida, compara essas estimativas com os custos reais incorridos durante a produção. (MEGLIORINI, 2007). Atribuir um preço a qualquer coisa que seja negociada entre uma empresa e seus clientes é essencial. No entanto, essa tarefa está se tornando mais difícil devido às constantes mudanças no mercado competitivo. Decidir o preço vai além de cálculos simples, sendo um desafio operacional complexo. (MEGLIORINI, 2011). Para Westarb *et al* (2012), apesar de parecer mais crucial na formação de preços, é, na verdade, a consequência de realizar bem as três etapas anteriores: entender o produto ou serviço, identificar as variáveis relevantes e analisá-las, e assim formar os preços.

**Conclusão:** O processo da formação de preço inicia-se com a compreensão das características essenciais do produto, identificando variáveis relevantes para a precificação. A identificação correta dessas variáveis é crucial para o sucesso do processo de formação de preço e conseqüentemente para a competitividade da empresa.

## Referências

MARTINS, E. **Contabilidade de custos** - 9. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

MEGLIORINI, E. **Custos: análise e gestão**. [Livro eletrônico] 3.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3107> Acesso em: 22 out. 2023

MEGLIORINI, E. **Custos: análise e gestão**. [Livro eletrônico] 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/373/pdf> Acesso em: 29 abr. 2023.

VICECONTI, P. E. V. NEVES, S. das. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. 9. ed. São Paulo: Frase Editora, 2003

WERNKE, R. **Análise de custo e preço de venda: ênfase em aplicações e casos nacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

WESTARB C. J. A.; REIS, J. A. F. dos; MIGUEL, P. S. PROHMANN, J. I. de P. **Formação de preços: mercado e estrutura de custos** [livro eletrônico].-Curitiba: InterSaberes, 2012. (Série Gestão Financeira). Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6092/pdf> Acesso em: 16 out. 2023.

## PREVENÇÃO DE FRAUDES E CORRUPÇÕES EM RELATÓRIO FINANCEIROS DE SOCIEDADES ANÔNIMAS S/A DE CAPITAL ABERTO

Claudia Sthefany de Lima Bergamin<sup>1</sup>; Alexandre Santos Silva<sup>2</sup>; Maria Aparecida Pereira<sup>3</sup>;

<sup>1</sup>Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –  
sthefany.bergamin@gmail.com;

<sup>2</sup>Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
ssalexandre@hotmail.com;

<sup>3</sup>Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
profcidinha2015@gmail.com

**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Palavras-chave:** Fraude, corrupção, relatórios contábeis.

**Introdução:** Fraudes e corrupções permeiam as organizações devido à falta de transparência e qualidade nas informações, nesse contexto, será apresentado formas de detecção, investigação e prevenção de tais atos que possam prejudicar e desvencilhar a empresa do seu dever com a ética e cumprimento da conduta ideal para progresso econômico.

**Objetivos:** Apresentar meios de prevenção de fraudes e corrupções em relatório financeiros em Sociedades Anônimas S/A de capital aberto.

**Relevância do Estudo:** É de suma importância saber identificar a fraude e corrupção, como e porque acontece, sobretudo, nas Sociedades Anônimas (S/A) de Capital Aberto. Segundo a Bolsa de Valores do Brasil B3, no ano de 2023 existem 2.526 empresas SAs listadas, gerando a necessidade do desenvolvimento e aplicação de práticas para detecção de possíveis ações fraudulentas. Assim, destaca-se a necessidade e o discernimento sobre a importância da fidedignidade das informações e principalmente da implementação de instrumentos capazes de prevenir a incidência de tais atos.

**Materiais e métodos:** Estudo desenvolvido com base na elaboração de pesquisa bibliográfica por meio de leitura em livros e artigos científicos; busca em *sites* acadêmicos, e; busca exploratória em *sites* que apresentam conteúdos significantes para o desdobramento do tema. Para Marcelino (2020), em todos e quaisquer âmbitos, as pesquisas devem apresentar fundamentação bibliográfica para que haja constatação precisa do estudo do tema.

**Resultados e discussões:** A busca pela melhoria constante na transparência das empresas é reflexo da iminente corrupção gerada através do próprio sistema, observada com atenção, chega-se ao desenlace de que acontece devido a decadência sistêmica da baixa qualidade de controles internos e das fragilidades nas instituições, dificultando sua detecção (SANTOS, 2021, p. 11). Timi e Heimoski (2020, p. 170), diz que comumente nas empresas as fraudes são oriundas de pessoas que detêm grande poder na organização e dirigentes, sendo grandes facilitadores de atos fraudulentos a deficiência em controles internos, auditorias periódicas e práticas estabelecidas no *compliance*, gestão de riscos e governança corporativa. De acordo com Comer (2011, p. 168), a maior incidência desse ato ilícito pode acontecer e ser encontrada de diversas formas inclusive em documentos, títulos de créditos, bens de uso, mercadorias, balanços, prestações de contas, livros contábeis Diário e Razão, demonstrações contábeis diversas, declarações de fisco, contratos, correspondências e mesmo em arquivos digitais. Para prevenção e identificação de tais atos fraudulentos e corruptos existem meios que facilitam e corroboram para isso. De acordo com a NBC TA 200 R1 (2016) o objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiabilidade nas demonstrações contábeis. Governança, risco e *compliance* (GRC) é um termo oriundo do *Open Compliance and Ethics Group* (OCEG) tendo por finalidade a integração de recursos que possibilitem a organização, por meio de cumprimento de princípios, alavancar o desempenho alcançando os objetivos de maneira

integra, confiável e acima de tudo sabendo lidar com as incertezas. (OCEG, 2023). Os Sistemas de Controles Internos (SCI), de acordo com o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, dos parágrafos 1º e 2º, instrui que deve existir o SCI com a finalidade de avaliar e comprovar a legalidade dos atos exercidos pela organização, exercer o controle das operações apoiar os controles externos (auditorias externas). Nos referidos parágrafos também há instrução de quanto e como deve-se proceder mediante as irregularidades e ilegalidades encontradas. O Tribunal de Contas da União TCU (2018 p. 68), exprime que dentre as ferramentas existentes nos controles internos o canal de denúncia configura-se como um dos principais identificadores de fraudes e corrupção, é de suma importância para programas de governança e redução de possíveis fraudes, mas que necessita de melhoria contínua como treinamentos, programas de denúncia para potencialização o efeito da ferramenta para melhoria da gestão.

**Conclusão:** Em suma, a prevenção de fraudes e corrupções em relatórios financeiros contábeis é necessária para a construção da fidedignidade das informações para os *stakeholders* e a utilização corretas dos instrumentos existentes possibilita mitigar o problema.

### Referências

BOLSA DE VALORES B3: [https://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm). Acesso em: 01 jul. 2023.

BRASIL. Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n. 01, de 2016. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33947>. Acesso em: 15 jul. 2023.

COMER, M. J. Tradução Editora Longarina. **Fraudes Corporativas**. [obra eletrônica]. Biblioteca Digital Pearson. São Paulo: Edgard Bluncher, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria 2016**. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf). Acesso em: 09 ago. 2023.

MARCELINO, C. A. A. da S. **Metodologia de Pesquisa** [Recurso Digital]. Curitiba: Contentus, 2020. Biblioteca Digital: Pearson.

OCEG – **O que é GRC? (Governança, Riscos e Conformidade)**. 2023. Disponível em: <https://www.oceg.org/ideas/what-is-grc/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

SANTOS, F. A. de O. **Gestão de Riscos e Estratégias Antifraudes**. Curitiba PR: Contentus, 2021. Biblioteca Digital: Pearson.

TIMI, S.R. R.; HEIMOSK, V. T. M. **Fraudes Documentais e Contábeis**. Curitiba PR: Intersaberes, 2020. Biblioteca Digital: Pearson.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. **Referencial de combate a fraude e corrupção**. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/A0/E0/EA/C7/21A1F6107AD96FE6F18818A8/Referencial\\_combate\\_fraude\\_corrupcao\\_2\\_edicao.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/A0/E0/EA/C7/21A1F6107AD96FE6F18818A8/Referencial_combate_fraude_corrupcao_2_edicao.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023.

---

## A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE DE CUSTOS NA GESTÃO ESTRATÉGICA DAS ORGANIZAÇÕES

Lucas Roberto Silva Castelani<sup>1</sup>; Alexandre Silva Santos<sup>2</sup>; Maria Aparecida Pereira<sup>3</sup>;

<sup>1</sup>Aluno de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –

consulting.castelani@gmail.com;

<sup>2</sup>Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB

ssalexandre@hotmail.com;

<sup>3</sup>Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB

profcidinha2015@gmail.com.

**Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Palavras-chave:** Gestão, administração estratégica, contabilidade, contabilidade de custos; PME

**Introdução:** A contabilidade de custos é vital na gestão estratégica de organizações, pois ajuda a compreender os custos de produção, auxiliando na tomada de decisões. Usada como ferramenta, fornece informações cruciais, tornando-se cada vez mais importante para uma visão ampla dos custos envolvidos na produção de bens e serviços e desempenhando um papel importante no sucesso das organizações e na administração estratégica.

**Objetivos:** Destacar a importância e como a contabilidade de custos pode potencializar as decisões estratégicas na gestão das organizações.

**Relevância do Estudo:** A relevância do tema se faz na necessidade crescente de compreender a integração da contabilidade de custos na gestão estratégica. Onde esse estudo destaca que essa integração capacita as organizações a tomar decisões consistentes, otimizando a gestão de custos e a competitividade. É de suma importância apresentar como a contabilidade de custos pode aprimorar o desempenho das áreas estratégicas, identificando fatores impactantes e ilustrando seu poder gerencial. Entende-se que esse conhecimento é essencial para uma gestão eficaz e para enfrentar os desafios de um ambiente de negócios dinâmico.

**Materiais e métodos:** A metodologia envolveu revisão de literatura abrangendo contabilidade de custos, gestão empresarial e PMEs, mediante a busca pelo assunto em livros (físicos e virtuais) e publicações acadêmicas.

**Resultados e discussões:** A importância da integração da contabilidade de custos na gestão da administração estratégica é multifacetada e de grande relevância para o sucesso das organizações. Essa integração fornece uma visão abrangente das operações financeiras da empresa, permitindo que os gestores tomem decisões estratégicas fundamentadas. Primeiramente, a contabilidade de custos auxilia na identificação e controle minucioso dos custos operacionais, o que é essencial para a gestão eficiente dos recursos financeiros. Isso inclui a alocação de custos apropriada aos produtos ou serviços oferecidos, garantindo uma avaliação precisa da rentabilidade de cada um. Além disso, a contabilidade de custos desempenha um papel vital na avaliação da eficiência dos processos internos da organização, identificando áreas de otimização e redução de custos. Isso, por sua vez, influencia diretamente as decisões estratégicas, permitindo a alocação inteligente de recursos financeiros em iniciativas que maximizem o retorno sobre o investimento. Servindo como ferramenta que fornece informações essenciais para as empresas, permitindo a comparação de seus custos de produção com os de seus concorrentes no mercado, bem como a identificação dos fatores que impactam os custos de produção. ela também

desempenha um papel crítico na gestão de curto prazo, uma vez que auxilia na identificação de custos fixos e variáveis, bem como na detecção de possíveis gargalos que podem tornar o negócio financeiramente inviável. Portanto, a contabilidade de custos é um componente valioso na formulação e execução de estratégias de negócios eficazes, ajudando as organizações a aprimorar sua eficiência e competitividade. Adicionalmente, a capacidade de definir preços competitivos com base na compreensão dos custos é crucial para a estratégia de mercado. A frequência do uso “das informações geradas pela contabilidade influencia os gestores na análise do resultado econômico-financeiro da organização, na tomada de decisão, podendo possibilitar uma melhoria nos seus negócios e, dessa forma, aumentar as chances de sucesso.” (ASSIS e CEOLIN, 2021 p. 12). Por fim, a contabilidade de custos auxilia na definição de metas de desempenho alinhadas com os objetivos estratégicos da organização, garantindo que todos os esforços estejam voltados para o cumprimento das metas estabelecidas. Em resumo, a integração da contabilidade de custos na gestão estratégica é um componente crítico para o sucesso das organizações, oferecendo *insights* detalhados que direcionam a alocação de recursos e decisões estratégicas embasadas.

**Conclusão:** A análise destaca a importância da contabilidade de custos na gestão estratégica, reiterando que sua integração é essencial para decisões, redução de custos, e aprimoramento das áreas estratégicas. A pesquisa ressalta que aplicar a contabilidade de custos é fundamental para enfrentar os desafios dos negócios em constante evolução.

## Referências

ANDRADE, R. M. de. **Organização estratégica e desempenho organizacional na pequena empresa: uma análise do setor metal mecânico.** Dissertação de Mestrado. Engenharia de Produção. UFSCAR. 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18157/tde-16112015-110302/publico/RodrigoMessiasdeAndradeDEFINITIVO.pdf> Acesso em: 24 out. 2023.

ASSIS, P. P. S. de; CEOLIN, A. C. Informação contábil para a tomada de decisão nas indústrias moveleiras. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** [online].. Rio de Janeiro. v. 26. n.3. p. 31-45. set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/55942/pdf> Acesso em: 24 out. 2023.

LEONE, G. S. G. **Contabilidade de custos.** São Paulo: Atlas 2 (2000).

MARION, J. C. **Contabilidade básica.** Saraiva Educação SA, 1985.

PEDROSA, C. J. Contabilidade como instrumento de gestão. **Revista Contábil & Empresarial Fiscolégis**, 2006.

SCHMIDT, P. **História do pensamento contábil.** Porto Alegre: Bookman, 2000.



---

## A IMPORTÂNCIA DOS PRINCÍPIOS CONTÁBEIS PARA O CONHECIMENTO DA BASE CONTÁBIL

Lívia Tonetti Godoi<sup>1</sup>, Alexandre Santos Silva<sup>2</sup>; Maria Aparecida Pereira<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Aluna do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –  
liviatonettigodoi@gmail.com;

<sup>2</sup>Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
ssalexandre@hotmail.com;

<sup>3</sup>Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB  
profcidinha2015@gmail.com.

### **Grupo de trabalho:** CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**Palavras-chave:** Teoria da Contabilidade, Princípios Contábeis, Base Contábil, Patrimônio das Entidades, Integridade das Informações Financeiras.

**Introdução:** O trabalho com o tema teoria da contabilidade apresenta a essência das doutrinas e teorias relativas da Contabilidade, o entendimento predominante no universo científico e profissional. Concernem, pois, à Contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

**Objetivo:** Apresentar a importância dos princípios contábeis para o conhecimento da base contábil.

**Relevância do Estudo:** Os princípios da contabilidade desenvolvem o conhecimento sobre a importância da base contábil, sendo essencial não apenas para os profissionais da contabilidade, mas também para que proprietários das entidades tenham o entendimento de que há uma necessidade de seguir corretamente os princípios possibilita ter um bom trabalho executado na empresa e segurança para o contador de trabalhar com informações seguras e verdadeiras. Existe uma grande defasagem no princípio da entidade, onde o princípio que se faz essencial defende que o patrimônio da entidade não se confunde com os sócios.

**Materiais e métodos:** A metodologia utilizada foi através de bibliografias pesquisadas na biblioteca da faculdade, onde os princípios foram mais detalhados, e também abordados através de exemplos e explicações mais específicas para cada princípio. Foram realizadas também pesquisas em Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e revistas acadêmicas que tratam do assunto.

**Resultados e discussões:** Os princípios contábeis: Continuidade, Oportunidade, Registro pelo Valor Original, Competência e Prudência, desempenham papel crucial na contabilidade, garantem integridade das informações financeiras, tomadas de decisões corretas e prevenção de fraudes. Representam a essência das teorias contábeis ao abordar amplo contexto da contabilidade como uma ciência social voltada para o patrimônio das entidades. Os princípios são essenciais da ordem que institui, possuem a obrigação de consolidar as regras para que sejam seguidas de maneira correta para evitar fraudes, multas. São fundamentais para boa compreensão, funcionam como meio e estrutura utilizados para entender o que será executado, são como “guias” que auxiliam na preparação e observação que irão levar ao caminho certo e os objetivos desejados. (IUDÍCIBUS, MARION E FARIA, 2017). Os Princípios fundamentais de contabilidade, de acordo com art. 2º da Resolução CFC n.º 750/93: representam a essência das doutrinas e teorias relativas da Contabilidade, o entendimento predominante no universo científico e profissional. A entidade é como organização capaz de cumprir atividade econômica como meio e fim. Os referidos autores

afirmam que os sócios da entidade que mantém registros contábeis não se confundem com a entidade. A situação limite na aplicação do Princípio da continuidade é aquela em que há a completa cessação das atividades da Entidade. Determinados ativos, deixarão de ostentar tal condição, passando à condição de despesas, em face da impossibilidade de sua recuperação mediante as atividades operacionais usualmente dirigidas à geração de receitas. A Resolução CFC nº750/93 em seu art. 6º diz que: “o Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas”. Seguindo a Resolução CFC nº 750/93 em seu art. 7º diz que: “o Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.” O Princípio da Competência é aplicado a situações concretas muito variadas, pois as transações que ocorrem nas Entidades são muito diversas e conecta diretamente ao entendimento de variações patrimoniais. O Princípio da Prudência deve servir como garantia de transparência e evitar valores artificiais que possam beneficiar determinadas pessoas, como administradores e controladores, especialmente em entidades do mercado de capitais; deve ser aplicado em opções igualmente aceitáveis, considerando os demais princípios. (ALMEIDA, 2000; CFC, 2008; DAU, 2021).

**Conclusão:** Os princípios contábeis orientam a mensuração, apresentação e registro dos componentes patrimoniais, proporcionando transparência e evitando manipulações prejudiciais, especialmente em entidades do mercado de capitais. Conferem à Contabilidade seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

#### Referências

ALMEIDA, M. C. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC n.º 750/93** de 29 de dezembro de 1993. Disponível em: [https://www.ufrb.edu.br/cmp/images/documentos/legislacao/Resolucao%20CFC%20n%20750\\_93.pdf](https://www.ufrb.edu.br/cmp/images/documentos/legislacao/Resolucao%20CFC%20n%20750_93.pdf) Acesso em: 09 mar.2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade: auditoria e perícia**. 3. ed. -- Brasília: CFC,2008. Disponível em: [http://rebacc.crcrj.org.br/bitstream/123456789/2499/1/Codigo\\_6245.pdf](http://rebacc.crcrj.org.br/bitstream/123456789/2499/1/Codigo_6245.pdf) Acesso em: 23 fev. 2023.

DAU, G. Entenda como funciona o princípio da Prudência. **Jornal Contábil**. 07 junho 2021. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/entenda-como-funciona-o-principio-da-prudencia/> Acesso em: 11 mai. 2023

IUDICIBUS, S. de. MARTINS, E.; GELBCKE, E.R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações, aplicável também as demais sociedades**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1995/1996.